REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

ARTIGO

INVASÃO E CONTATO: OS TUPINAMBÁ NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XVI

Jeanne Cordeiro*, Tania Andrade Lima**

RESUMO

O artigo aborda alguns resultados de pesquisa em arqueologia preventiva realizada entre 2014 e 2016, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Baseia-se na análise da materialidade remanescente de dois subgrupos Tupinambá – Tamoio e Temiminó –, rivais entre si, que ocuparam o espaço concomitantemente, durante o século XVI, em contato respectivamente com franceses e portugueses. Investigando semelhanças e diferenças interculturais, procuramos entrever nas cerâmicas recuperadas os resultados dos diferentes processos de contato entre os envolvidos. Foram observadas respostas distintas dos grupos nativos, de acordo com os níveis de intervenção que ambos os colonizadores exerceram sobre eles.

Palavras-chave: Encontros coloniais; Arqueologia histórica; Arqueologia do colonialismo; Arqueologia documental.

* Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Laboratório de Arqueologia Brasileira (LAB). E-mail: jeanne.cordeiro@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9360-9581>

** Museu Nacional (UFRJ). E-mail: talima8@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0500-6028>

INVASION AND CONTACT: THE TUPINAMBÁ IN 16TH-CENTURY IN RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

This study discusses some results of preventive archaeology research carried out from 2014 to 2016 in downtown Rio de Janeiro. It analyzed the remaining material of two rival Tupinambá subgroups (Tamoio and Temiminó) who occupied the same space in the 16th century while in contact with the French and the Portuguese, respectively. Investigating intercultural similarities and differences, we sought to glimpse in the recovered ceramics the results of the processes of contact between those involved. This study observed distinct responses from the native groups according to the levels of intervention the colonizers exercised over them.

Keywords: Colonial encounters; Historical archaeology; Archaeology of colonialism; Documentary archaeology.

INVASIÓN Y CONTACTO: LOS TUPINAMBÁS EN RÍO DE JANEIRO EN EL SIGLO XVI

RESUMEN

Este artículo aborda algunos resultados de investigaciones en Arqueología Preventiva realizadas entre 2014 y 2016, en el centro de la ciudad de Río de Janeiro. Se basa en el análisis del material remanente de dos subgrupos tupinambás – tamoio y temiminó – rivales entre sí, que ocuparon el espacio concomitantemente, durante el siglo XVI, en contacto respectivamente con los franceses y los portugueses. Investigando las similitudes y diferencias interculturales, buscamos vislumbrar en la cerámica recuperada los resultados de los diferentes procesos de contacto entre los involucrados. Se observaron diferentes respuestas por parte de los grupos nativos, según los niveles de intervención que ambos colonizadores ejercieron sobre ellos.

Palabras clave: Encuentros coloniales; Arqueología histórica; Arqueología del colonialismo; Arqueología documental.

INTRODUÇÃO

Segundo Jordan (2009, p. 33-34), o modelo de colonialismo associado aos séculos XV e XVI é uma generalização, diríamos grosseira, derivada daquele ocorrido durante o século XIX. Dessa forma, a ênfase depositada na produção e no transporte de produtos em massa torna o conceito pouco aplicável aos séculos iniciais da invasão europeia. Restam inúmeros aspectos até hoje não abordados, ou abordados sumariamente, ou ainda outros que sequer vislumbramos. Nesse sentido, no Brasil, não é demais recordar que a conquista acompanhou a expansão geográfica do futuro país desde o século XVI, o que inclui a Amazônia até o século XIX, e contatos não consolidados ainda no século XXI. O processo de invasão ainda está em curso, compondo uma longa duração caracterizada pela expropriação territorial e pela submissão das populações nativas. E, provavelmente, os efeitos da conquista pelos vírus ou pela materialidade atrativa, como contas de vidro, precederam em muito a presença física do conquistador. O “andaço das bexigas” chegou às populações amazônicas antes dos portugueses e dos espanhóis.

Alexander (1998, p. 477), ainda que otimista, considera “that a general archaeological explanation of culture contact is presently beyond our reach”¹. O autor questiona se as diferentes características dos processos de contato cultural geram padrões arqueológicos consistentes. Concordando com o autor, entendemos que não, e duvidamos de que em algum momento venhamos a ter padrões sólidos reconhecíveis, sobretudo porque a ocupação precoce e relativamente densa dos espaços mais conhecidos durante os Quinhentos, como o litoral de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro, provocou a destruição de grandes e importantes sítios daquele período. O conhecimento do contato pela materialidade ainda se dá aos tropeços, dependendo de raros projetos de arqueologia acadêmica ou preventiva, estes últimos, quando um pouco mais cuidados, preocupados com a compreensão de um momento que se reconhece, muitas vezes, por pequeníssimos detalhes. E, ainda, em muitas situações, dependendo de um conhecimento que estamos todos tentando adquirir, no caso, sobre a materialidade da baixa Idade Média e início da Idade Moderna europeia.

Para Stein, não houve nenhum esforço para sintetizar evidências em uma compreensão teórica geral dos encontros coloniais (Stein, 2005, p. 1). E aqui, acrescentamos, durante o século XVI na América portuguesa, uma vez que se multiplicam estudos nas Américas espanhola e inglesa, cujas evidências nos oferecem panoramas profundamente diversos. Essas experiências coloniais, em grande medida, não nos servem de parâmetro efetivamente, visto que se baseiam em agentes (nativos e europeus) radicalmente distintos. Os comportamentos colonialistas espanhol, inglês, francês e português são incomparáveis em razão das profundas diferenças de abordagens implementadas nas colônias que pretendiam implantar. Diferenças sobretudo derivadas de uma Europa fracionada em pequenos reinos, com mínima unidade política e dividida entre o capital, a religião e a reação a ambos. Como postulado por Marc Ferro: “se é verdade que uma colonização diferiu da outra, a resposta das sociedades conquistadas também variou segundo seu passado e sua identidade própria” (Ferro, 1996, p. 12). Esse postulado para nós tornou-se fundamental e é a essência deste estudo, que transita pelas cerradas névoas do século XVI no Rio de Janeiro, e, enquanto tal, desfruta de pouca ancoragem histórica e arqueológica. Não encontra paralelo algum,

¹ “Que uma explicação arqueológica geral do contato cultural está atualmente além do nosso alcance” (tradução nossa).

seja por suas características de localização, por sua periodização ou por carência de materialidade comparativa para o período estudado.

Do ponto de vista metodológico, as reflexões e conclusões aqui apresentadas foram feitas, tratando as fontes materiais e documentais de início separadamente e, criticamente, de forma independente. Em seguida elas foram colocadas em confronto, de modo a contradizer, corroborar ou complementar umas às outras, o que permite sempre alcançar um outro nível de informação, nem propriamente histórico nem unicamente arqueológico, porém muito fecundo para a interpretação arqueológica (Lima, 2002, p. 12, 2022, p. 129-130).

Isso posto, buscamos demonstrar, ainda que minimamente, que a materialidade nativa foi afetada em diferentes graus pelos dois processos de contato ocorridos com europeus no litoral sudeste, o que resultou em manutenção e resistência cultural para uns (Noelli; Sallum, 2019; Peixoto; Noelli; Sallum, 2022) e alteração para outros.

A guerra iniciada em 1560 para a fundação da cidade foi movida contra a presença de franceses desde 1503. Ela é, sobremaneira, o fato que instala as situações de contato sobre as quais nos debruçamos. Essa é a guerra que constrói um emaranhado entre franceses, portugueses e nativos no Rio de Janeiro, suscitando as questões que tentamos responder.

Durante o século XVI, franceses foram representados por um número elevado de “*truchements*”, marujos que permaneciam longos períodos na região do Rio de Janeiro, e dela tinham domínio efetivo pela sólida e extensa rede de comércio mantida com as aldeias nativas. Eram aliados de um subgrupo Tupinambá, os Tamoio, o que possibilitou que fundassem uma pequena colônia em 1555. Contudo, esse evento não pode ser comparado com a convivência que se estabeleceu entre esses agentes desde o início daquele século. A marujada, muitas vezes arrebanhada nas sarjetas e prisões de Paris (Vidal, 2000, p. 25), estava à margem da história, obedecendo a regras sociais não elencadas nos documentos e nas memórias redigidas. Ela em nada corresponde aos ilustres citados na “França Antártica”, menos ainda estava sujeita às regras de fidalguia, o que torna mais difícil compreender, na materialidade, os efeitos de sua convivência com os nativos, que é o que nos interessa. Para Léry, os “*truchements*” quase se tornaram semelhantes (Léry, 1980, p. 201). Onde então localizar a inflexão de suas intervenções?

Por outro lado, a presença tardia e rarefeita de portugueses, ocorreu somente após a segunda metade dos Quinhentos. Trouxeram consigo os Temiminó e os Tupiniquim, dos atuais estados do Espírito Santo e de São Paulo, respectivamente, já adestrados nos aldeamentos jesuíticos ou muito próximos deles. Portanto, seu contato com indivíduos europeus teve características diferentes, sobretudo aqueles mantidos sob as autoridades coloniais constituídas em nome do rei. Em alguns casos já estavam cerceados quanto à antropofagia (Cartas [...], 1988, p. 368).

Segundo Fausto (1992, p. 383), “o termo “tupinambá”, que estamos utilizando para designar todo o conjunto tupi da costa brasileira, aparece comumente na literatura histórica como a de uma entre várias outras “nações de gentios” de língua tupi”. Segundo Almeida (2000, p. 27), o mesmo termo tem dupla acepção: 1) é empregado para designar o conjunto de populações tupi que habitavam o litoral até Cananéia; e 2) é utilizado para denominar um subgrupo local, nomenclatura criada em uma conjuntura de invasão externa e mudanças causadas pelos encontros interétnicos. A crônica dos Quinhentos apresenta denominações para aqueles envolvidos nos embates (Anchieta, 1997; Sousa, 1987; Souza, 1927): os Tamoio da região do Rio de Janeiro que se aliaram aos franceses, os Temiminó do Espírito Santo e os Tupiniquim de São Paulo, que se aliaram aos portugueses. Quanto aos procedentes da Bahia, pouco sabemos de sua participação, pois ela é pouco individualizada na crônica. Contudo, todos souberam

administrar vantagens de acordo com seus objetivos, tornando os invasores europeus – franceses e portugueses – parte de suas estratégias de alianças políticas, estabelecidas desde antes do contato.

Dada a escalada da presença francesa, as autoridades coloniais, estabelecidas em Salvador, reagiram, enviando para cá um contingente composto pela pequena fidalguia, colonos e nativos pertencentes aos dois subgrupos Tupinambá externos. Emaranhados entre seus objetivos e a política intertribal, as duas nações europeias e os subgrupos nativos tiveram contatos diferenciados. Franceses negociavam, e, segundo Dickason (1992, p. 5): “It was here that they learned their techniques for fostering native alliances, which would later stand them in such good stead in North America”². Já os portugueses mantinham uma relação opressiva de domínio sobre tribos aliadas nas outras capitâneas, graças a um maior número de colonos ibéricos e à ação dos jesuítas. No Rio de Janeiro, esse período ainda guardava algum equilíbrio de poder entre nativos e europeus.

A materialidade aqui analisada é proveniente de nove lotes adjacentes³, localizados no quarteirão entre as ruas Primeiro de Março (inicialmente denominada rua Direita), Rosário e Buenos Aires, no centro do Rio de Janeiro. São resultado do fracionamento de um lote maior, uma unidade doméstica, originalmente um assentamento nativo de indivíduos Temiminó provenientes do Espírito Santo, que lá se instalaram a partir de 1564. Em 1567 e 1568, sua vizinhança imediata foi ampliada, e composta por capitães-mores, governadores e pela pequena fidalguia local, todos envolvidos na guerra de retomada do Rio de Janeiro e na consequente escravização de nativos contrários (Abreu, 2010)⁴.

O principal motivo para a participação dos Temiminó seria o questionamento da posse da Ilha do Gato, atual Ilha do Governador, de onde, em um momento anterior à invasão europeia, foram expulsos pelos Tamoio. Segundo Almeida (2003, p. 45), “a guerra pela conquista do Rio de Janeiro contra os Tamoio e franceses foi a oportunidade dos índios conhecidos como temiminós exercerem a mais cruel vingança contra seus inimigos e antigos vencedores”.

Para Fernandes, o objetivo dos nativos nas guerras ocorridas contra ambas as nações europeias durante o século XVI era perpetuar o domínio tribal sobre suas regiões. No caso, “restaurar o antigo sistema de relações intra e intertribais, primeiro solapado e depois ameaçado de destruição completa pelos portugueses” (Fernandes, 1963, p. 29). Nesse sentido, as fronteiras nativas eram redefinidas a partir da utilização, da presença e da influência de europeus.

ESTUDOS ANTERIORES

A cerâmica produzida no período pós-invasão, inicialmente designada como “cabocla” (Dias Jr., 1964, p. 5), veio a compor mais tarde a chamada tradição neobrasileira (Dias Jr., 1988; Simões, 1972), e suas fases foram datadas a partir do século XVII. Também em Dias Jr. encontramos o conceito de “arqueologia de contato”, que, “em função do contexto em que o mesmo se enquadra, restringe-se, sobretudo, à segunda metade do século XVI” (Dias Jr., 1993, p. 126). Contudo, de modo geral, os trabalhos buscavam

² “Foi aqui que eles aprenderam suas técnicas para promover alianças nativas, o que mais tarde os colocaria em uma posição tão boa na América do Norte” (tradução nossa)

³ Denominados como: Sítios Hospício 1, Hospício 1A, Rosário 26, Rosário 28, Rosário 30, Rosário 32, Primeiro de Março 35, Primeiro de Março 37 e Primeiro de Março 39.

⁴ Disponível em: <https://mauricioabreu.com.br/escrituras>. Acesso em: 15 abr. 2025.

descrever alterações restritas à morfologia das vasilhas, sem que qualquer outra alteração fosse referida nos sítios e no restante da materialidade. Dito isso, nos perguntamos quantas evidências podem ter sido dispensadas de análise, entendidas como contaminação dos níveis arqueológicos, tal como eram usualmente qualificados os remanescentes desconhecidos, ou então como possivelmente modernos. Entendemos que esse possa ter sido o caso da maioria dos sítios desse período estudados no Rio de Janeiro.

Havia um desconhecimento profundo do universo material europeu trazido para escambo com os nativos. Durante o III Simpósio de Arqueologia da Área do Prata e Adjacências (Schmitz, 1969, p. 2), foi criado um grupo de estudos para os sítios de contato entre indígenas e europeus. No entanto, remanescentes não cerâmicos somente foram abordados pela primeira vez por Uchôa, Scatamacchia e Garcia (1984), para o sítio do Itaguá. Esse trabalho permaneceu, por anos, como o único a abordar alterações na decoração da cerâmica nativa e a descrever os demais materiais presentes nos sítios do século XVI. Reafirmamos que ainda tropeçamos no desconhecido a cada fragmento associado à materialidade produzida desde o século XIV na Europa (Cordeiro, 2019, 2025).

Para melhor compreensão dos remanescentes aqui analisados, partimos de um possível parâmetro: a caracterização das ocupações pré-invasão localizadas na Ilha do Governador e em seus arredores, objetivo Temiminó a ser alcançado na guerra, e no primeiro núcleo da cidade, na Urca.

Alvo de pesquisas desde o século XIX, por Ladislau Neto (1885 *apud* Beltrão; Kneip, 1969, p. 101), os sítios da região da Ilha do Governador tiveram uma abordagem adequada para a época (Beltrão, 1972, 1978; Dias Jr. 1967; Salles Cunha, 1963), mas que não preenchem a necessidade de respostas para formulações atuais.

Durante as décadas de 1960 e 1970, diversos sítios datados relativamente dos Quinhentos foram pesquisados por Beltrão (2014). Hoje, muitos deles encontram-se perdidos, pois suas localizações baseavam-se em referências não normatizadas. Nenhuma alteração na materialidade de qualquer natureza foi relatada, senão a indicação da presença de faianças e material europeu, que, por não terem sido descritos, não nos servem como parâmetro.

Em Beltrão (2014, p. 440-445), encontramos para a Ilha do Governador os seguintes sítios: Aldeia e Aldeamento Tupi-Guarani da Estação Rádio Marinha (39-QP) – GB-19 (Antigo GB-12), descrito como “remanescente de antiga aldeia Tupi com cerca de 400m de diâmetro, parcialmente destruída e contendo em associação restos de cultura material indígena e europeia”; “Sambaqui” ou Aldeamento Tupi-Guarani do Jequiá (39-QP)-GB-22, contendo “cerâmica Tupi-Guarani (lisa e decorada), associada a material de origem europeia”; Aldeamento Tupinambá do Morro da Viúva (39-QP)-GB-23, onde, na “ausência de material indígena” a autora entende que o sítio foi “contemporâneo a época em que a introdução de grande quantidade de material manufaturado diminui o estímulo para produção de cerâmica indígena”; Aldeamento Tupi-Guarani do Centro de Instrução (39-GB)-GB-16 (anteriormente GB-9), no qual “antes da destruição total do sítio foram retirados fragmentos de cerâmica europeia, associado a material indígena”; “Sambaqui” das Pixunas (39-QP)-GB-18, Aldeamento Tupi-Guarani das Pixunas, que tinha “numerosos fragmentos de cerâmica Tupi e numerosos fragmentos de quartzo retocados ou não (facas e raspadores?) associados, desde a base, a material de origem europeia”; Aldeamento Tupi-Guarani de São Tomé (39-QP), que apresentou “farto material cerâmico Tupi-Guarani associado a louça de procedência europeia”. Seus nomes e siglas foram sendo adequados com o passar dos anos. Inicialmente registrados nos Relatórios Internos do Museu Nacional, foram posteriormente publicados com modificações (Beltrão, 1978, 2014).

Segundo Léry (1980, p. 292), havia cinco aldeias Tamoio na Ilha do Governador: Pindó-usú, Koruké, Pirayijú e duas outras das quais o cronista não recorda o nome. Após a vitória dos portugueses elas teriam sido destruídas. Entendemos que aí poderia haver indicadores diacríticos para caracterizar os dois subgrupos Tupinambá que ocuparam a região. Eles estariam, supostamente, representados na materialidade, fornecendo-nos uma melhor compreensão da ocupação e sua alternância alegada. As abordagens anteriores nos permitiriam redesenhar “complexos culturais, a sistematização crono-espacial de sítios arqueológicos e a correlação entre complexos culturais e grupos linguísticos” (Souza; Buarque, 2019, p. 184).

Infelizmente, contudo, e como dito anteriormente, seja pela periodização proposta pelos pesquisadores para a ocupação desses sítios, seja pela descrição dos remanescentes estudados, não é possível perceber alternância ocupacional pré-invasão. Não há como diferenciar os subgrupos envolvidos. A materialidade, particularmente a cerâmica, é indistinta.

Na Urca, o local original da fundação da Cidade, foi abordado por arqueólogos em duas ocasiões. Foi pesquisado inicialmente por Beltrão, entre 1968 e 1973, e denominado Antigo Aldeamento Tupi-Guarani. Situa-se onde hoje está localizado o campus da Praia Vermelha, da Universidade Federal do Rio de Janeiro⁵. Recentemente, ainda no mesmo bairro, Ane Simões pesquisou o sítio Cara de Cão, que foi datado em um intervalo entre 1482 e 1680 Cal AD (Simões, 2020, p. 102), o que corrobora a documentação histórica. Contudo, em ambas as abordagens não foi localizada materialidade efetivamente nativa, o que pode ter sido resultado da destruição de parte significativa dos sítios, que hoje se encontram em área totalmente urbanizada (Lima, 2022). Dessa forma, até agora existem apenas sítios entendidos isoladamente, cuja materialidade difere da que é aqui apresentada.

Contudo, em um lugar eles se reuniram, se distinguiram e se misturaram: na rua Direita, atual Primeiro de Março. Uns como vencedores, outros como vencidos.

VENCIDOS E VENCEDORES

Segundo Leite (1938, p. 423), após 1567, “os índios, que vieram de Piratininga [São Paulo] à guerra do Rio de Janeiro, voltaram quâsi todos para suas terras. Dos que vieram do Espírito Santo ficou a maior parte”. Os Tupiniquim, segundo Noelli e Sallum (2019, p. 730), “não eram submissos aos portugueses”, nem em São Vicente e nem no Rio de Janeiro (Peixoto; Noelli; Sallum, 2022, p. 338). Nas fontes escritas não há qualquer referência documental aos Tupiniquim provenientes de São Paulo para a área deste estudo. Ao contrário, duas cartas de doação de chãos localizam Arariboia, o principal Temiminó, como ocupante no entorno imediato dos sítios aqui estudados.

Arariboia é um personagem obscuro. Surge na documentação já como chefe, a partir de 1564, no atual estado do Espírito Santo, onde funda a aldeia de São João, associada aos jesuítas e autoridades coloniais (Leite, 1960, p. 266). Na documentação, o nativo ora é nominado Arariboia, ora Martim Afonso, índio, ora Martinho índio. Localizá-lo, assim como seus liderados, é também identificar um personagem ícone das mudanças culturais ocorridas entre as sociedades nativas durante o século XVI.

Arariboia “tornou-se proprietário de casas na rua Direita, onde residiam os notáveis da cidade” (Almeida, 2000, p. 149). As mais antigas referências cartorárias

⁵ Disponível em: <https://sic.iphhan.gov.br/sicg/bem/visualizar/8228>. Acesso em: 22 mar 2022.

para a ocupação da várzea do Rio de Janeiro durante o século XVI referem-se ao estabelecimento desse principal Temiminó em um período anterior a 1567: duas cartas de doação de chãos localizados a norte-nordeste do Morro do Castelo (10 de maio de 1568⁶ e 22 de julho de 1568⁷).

Encontramos na doação realizada em julho de 1568, “vinte e cinco braças de terra no lugar onde tem suas casas, que hé aonde Martinho Índio ora tem suas casas e nele estão as dele suplicante feitas”. De onde se depreende que parte da rua Direita foi ocupada por aquele chefe, provavelmente no período entre 1564 e 1573, portanto em torno de nove anos. Após esse período ele se instala nas terras das *bandas d’alem*, atual Niterói.

Entre 2017 e 2018, foi realizada uma pesquisa por Regiane Barreto em terrenos pertencentes à Santa Casa de Misericórdia desde o século XVI (Barreto, 2019). Na coleção encontram-se 34 fragmentos de cerâmica nativa. Oito com alterações plásticas na superfície (corrugada, espatulada e ungulada), e dois com decoração pintada (engobo branco e vermelho). Supomos, pela localização, que esses remanescentes sejam provenientes da doação de maio de 1568, na base do Morro do Castelo.

Vencidos nas batalhas no Rio de Janeiro, nativos do subgrupo Temiminó concentraram-se na região do Cabo Frio (compreendida entre Saquarema e Macaé), onde foram vencidos novamente. É possível inferir, portanto, que os sobreviventes tenham sido levados ao Rio de Janeiro como escravizados da elite ocupante da rua Direita, o que inclui os Temiminó e seu chefe, Arariboia, futuro Cavaleiro da Ordem de Cristo. Do confronto de 1575, na região do Cabo Frio, a crônica relata terem sido feitos por volta de 4 mil cativos, divididos entre os vencedores, Arariboia entre eles. Os nativos “aprisionados foram transformados em mercadorias oferecidas aos colonizadores que fundavam a cidade. A estes últimos foram doados juntamente com as sesmarias os trabalhadores que garantiriam a sua exploração” (Neme, 1990, p. 104). Como prisioneiros, é possível que tenham mantido atitude tradicional, cedendo à derrota e se incorporando ao grupo vencedor. Em lugar de sofrerem uma execução ritual, não mais permitida pelas autoridades coloniais e pelos jesuítas, é provável que eles tenham se submetido à “ambivalência dos índios com a transformação dos cativos em bens alienáveis no comércio de escravos europeu” (Fausto, 2010, p. 79).

DOIS SUBGRUPOS, DUAS MATERIALIDADES

Na arqueologia, o “interesse primordial é explicar fenômenos de mudança cultural”, partindo de três dimensões estruturantes: forma, espaço e tempo (Lima, 2011, p. 12). A partir desse ponto, procederemos com uma análise formal das cerâmicas recuperadas, em busca de marcadores que talvez nos permitam alcançar variações produzidas no período pós-invasão. O acabamento de superfície dos fragmentos foi aqui entendido como variável importante, resultado direto de escolhas tecnológicas, muitas vezes influenciado por fatores situacionais (Corrêa, 2014, p. 157). Para tanto, entendemos ser primordial a descrição de suas características tecnológicas. Na certeza de que há inúmeras abordagens possíveis para a materialidade em tela, entendemos que sobre esse período pouco foi produzido, o que nos obrigou, forçosamente, a construir as bases necessárias para o estudo.

⁶ Disponível em: <https://mauricioabreu.com.br/escritura?id=5261>. Acesso em: 28 out. 2015.

⁷ Disponível em: <https://mauricioabreu.com.br/escritura?id=5270>. Acesso em: 28 out. 2015.

As características tecnológicas

No total, foram recuperados 896 fragmentos de cerâmica, entre os níveis 120 e 150 centímetros, que concentram o maior número de exemplares, embora a dispersão deles alcance 240 centímetros de profundidade.

Segundo Rice (1987, p. 94), o antiplástico mais comumente acrescentado na pasta cerâmica é o quartzo (SiO₂), o que foi observado na amostra analisada. Para este estudo foram convencionadas medidas para mensurar o tamanho dos grãos de quartzo contidos nas pastas: para os grãos finos, de 0,01 a 0,03 milímetros; e para os grossos, de 0,03 a 0,06 milímetros. A areia fina foi utilizada em 531 fragmentos, enquanto a areia grossa foi constatada em 335 deles. Os demais antiplásticos foram observados em menor proporção. “Par rapport aux techniques, c’est une poterie montée au colombin d’argile, avec prédominance de sable quartzéuse et aussi du feldspath et du mica et cuite dans des foyers”⁸ (Buarque, 2009, p. 177). A ocorrência de carvão foi observada em 21 fragmentos, os cacos moídos em seis e a calcita em três.

A técnica de manufatura roletada ou acordelada e a queima incompleta foram observadas na maioria dos fragmentos estudados. O Gráfico 1 apresenta as partes recuperadas das vasilhas cerâmicas. Dentre os 211 lábios, prevaleceram os arredondados (109); os apontados e planos somaram 101, com decoração unglada em quatro e incisa em apenas um.

Gráfico 1. Gráfico das partes recuperadas das vasilhas.

Fonte: Jeanne Cordeiro.

Das bordas, as diretas somaram 80 fragmentos, sendo 67 extrovertidas e 68 introvertidas. O reforço externo foi preferido (em 50) ao interno (em 28). Nove exemplares apresentaram reforço interno e externo. As bases foram majoritariamente planas (34), em detrimento das côncavas, com 14 exemplares provenientes de urnas fragmentadas.

A reconstituição das formas permitiu definir três formatos: (a) tigelas abertas; (b) vasos carenados de boca constrita; e (c) vasos com boca extrovertida. Quanto às marcas de uso, um tipo de análise passível de ser feita apenas em vasilhas íntegras ou quase íntegras, só foi possível identificar nos fragmentos aquelas associadas ao uso do fogo, direta ou indiretamente, como a fuligem e o esfumarado (Dantas; Lima, 2006, p. 29).

⁸ “Quanto às técnicas, trata-se de uma cerâmica montada com rolete de argila, com predominância de areia de quartzo também de feldspato e mica e cozida em fogueiras” (tradução nossa).

O tratamento de superfície

Foram recuperados 107 exemplares de cerâmica cuja superfície foi modificada com a pasta ainda mole. Produzidos pela impressão de dedos, de unhas ou de ferramentas, configuram o que se considera em geral como decoração plástica, em virtude do seu efeito estético. No entanto, algumas dessas alterações de superfície, sobretudo a corrugação, podem ter implicações técnicas, como o aumento da capacidade de cocção das vasilhas. De toda forma, ambas as propriedades não são mutuamente excludentes.

Os fragmentos corrugados representaram a maioria, seguidos pelos ungulados e incisos e espatulados, como demonstra o Gráfico 2. Em menor escala ocorreram também beliscados, estocados e ponteados. Os fragmentos com tratamento de superfície liso ou escovado foram desconsiderados, já que poderiam ser provenientes da parte inferior de vasilhas com corpo e borda decorados, ou ainda corresponderem a vasilhas coloniais.

Gráfico 2. Gráfico de ocorrência de vasilhas com tratamento plástico da superfície.

Fonte: Jeanne Cordeiro.

Se as características tecnológicas e de modificação plástica das superfícies guardaram semelhança com aquelas produzidas no período pré-invasão, a decoração pintada as diferenciou profundamente. Como demonstra o Gráfico 3, entre os fragmentos pintados foram reconhecidos aqueles com pintura sem engobo (interno e externo), os que tinham apenas engobo e os com desenho sobre engobo, totalizando 672 fragmentos pintados. Entre eles, somente 32 tinham banho vermelho externo. O banho é aqui entendido como um tratamento no qual é aplicada na superfície da peça uma camada fina de argila antes da queima (Chmyz, 1976, p. 122).

Gráfico 3. Gráfico de ocorrência de tipos de pintura.

Legenda: PSEI: Pintura Sem Engobo Interno; PSEE: Pintura sem Engobo Externo.

Fonte: Jeanne Cordeiro.

O engobo, também segundo Chmyz (1976, p. 130), é uma camada espessa aplicada à vasilha. O monocromático branco, presente nas faces internas, foi dominante na amostra, ocorrendo em 380 fragmentos, seguido pelo interno branco e pelo externo vermelho, como demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4. Gráfico demonstrativo da presença de engobo.

Legenda: EB: Externo Branco; EBV: Externo Branco e Vermelho; EV: Externo vermelho; IB: Interno Branco, IBEBV: Interno Branco Externo Branco e Vermelho; IBEV: Interno Branco Externo Vermelho; IEB: Interno e Externo Branco; IV: Interno Vermelho.

Fonte: Jeanne Cordeiro,

Os “desenhos riscados nas vasilhas apresentavam uma diversidade e uma qualidade da qual os arqueólogos não pareciam ter suspeitado” (Prous, 2010, v. 2, p. 113). Acrescentamos, sobretudo nos remanescentes do século XVI. Uma das características mais marcantes da pintura das vasilhas produzidas por populações associadas aos ceramistas Tupinambá é a zonação. “A divisão entre os diversos campos decorativos das vasilhas é sempre horizontal, marcada por uma banda vermelha” (Prous, 2010, v. 2, p. 155). Entre os fragmentos estudados foram consideradas bandas finas aquelas medindo entre 0,02 e 0,08 milímetros; e largas aquelas medindo entre 0,08 e 0,15 milímetros. O Gráfico 5 demonstra a diversidade das bandas vermelhas estudadas.

Gráfico 5. Diversidade de bandas vermelhas observadas.

Fonte: Jeanne Cordeiro,

Apesar das pequenas dimensões dos fragmentos pintados, todos aqueles com superfície preservada foram estudados, permitindo a reconstituição, mesmo que parcial, de sua decoração. Os que têm desenhos sobre o engobo foram agrupados em dois conjuntos: um com motivos conhecidos, tradicionais da decoração pintada Tupinambá, que denominamos “grupo local” (78), e outro que denominamos como “grupo exógeno” (189). Essa distinção advém do fato de serem muito conhecidos os padrões decorativos pintados produzidos no Rio de Janeiro no período pré-invasão (Prous, 2010, v. II, p. 113-114), e por isso considerados clássicos.

Antes de atribuímos a decoração diferente a um “grupo exógeno”, submetemos seus exemplares a arqueólogos que trabalham com o tema no Rio de Janeiro e em estados vizinhos, no caso São Paulo e Espírito Santo: Angela Buarque, Francisco Noelli, Henrique Valadares, Celso Perota, Rafael Deminicis e Ane Simões, que afirmaram desconhecer a decoração apresentada. Contudo, considerando que são idênticos os atributos tecnológicos das pastas e a estilização dos motivos decorativos, os dois conjuntos foram entendidos como produzidos por subgrupos Tupinambá. Foi excluída a possibilidade de se tratar de uma variação temporal dos grupos locais tradicionais em razão de as duas cerâmicas – a clássica e a exógena – terem sido encontradas nos mesmos níveis estratigráficos dos sítios estudados, entre 1,30 e 1,50 metro de profundidade, atestando serem contemporâneas.

Decoração pintada associada ao grupo local

A decoração pintada semelhante à produzida por grupos locais foi observada em 78 exemplares. Os motivos e o esmero decorativos permitem a comparação direta com os remanescentes dos sítios Serrano, Barba Couto e Boa Vista, inclusive pela contemporaneidade de suas ocupações, em torno de 1560 (Buarque, 2009, p. 197-206). Traços finos, como os da Figura 1, compuseram motivos como fitas simples e seccionadas (16), cestaria (1), escamas (5), semilunares (3) e preenchimento de vazios com pontos (1). Inferimos que a decoração pintada com características clássicas, tipicamente locais, pode ser creditada aos escravizados em diferentes oportunidades, a partir dos embates iniciados em 1565.

Figura 1. Exemplares de decoração pintada semelhante à produzida por grupos nativos locais.

Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

Decoração pintada associada ao grupo exógeno

Outros 189 fragmentos têm características claramente diferenciadas. Todas as tentativas de associá-los a uma possível procedência restaram parcialmente infrutíferas. Os motivos decorativos em nada guardam semelhança com aqueles clássicos, refinados, produzidos mesmo sob influência do contato no Rio de Janeiro.

Na decoração entendida como não reconhecida, os grafismos são produzidos com traços marcados, grosseiros, minimalistas e esquemáticos, sobre engobo invariavelmente branco, como ilustrado na Figura 2. Foram identificadas formas como triângulos (2), gregas (5) e semicírculos (3). As gregas, decoração existente no período pré-invasão, perdem a leveza dos traços finos. Tornam-se marcadas em linhas grossas e de espessura irregular. Os motivos mais numerosos são os geométricos (12), apresentados em formas compactas, eventualmente em duas cores: o vermelho e o preto. Algumas vezes essas formas são amenizadas por pontos nas linhas de contorno (8). Sobretudo, chama atenção o surgimento de vazios que, segundo Prous (2010, v. II, p. 151-153), “contrariam os princípios estéticos tupiguarani”, e eram evitados pelas ceramistas. Essa compreensão é, para nós, fundamental. As pintoras recusavam-se a deixar espaços entre motivos decorativos (Prous, 2010, v. II, p. 161). Seriam essas lacunas pictóricas, antes preenchidas por pontos, uma forma de declarar os impactos do contato nos subgrupos que mantiveram relações estreitas com as autoridades coloniais e suas pressões? Um silêncio frente à intensidade de adequação? Dito isso, aqui percebemos a ruptura, e não a continuidade de um elemento diagnóstico essencial para a caracterização da produção ceramista de grupos estreitamente ligados às autoridades coloniais civis e religiosas.

Figura 2. Exemplares de decoração pintada associados a grupos externos.

Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

As “experiências são ainda muito mal compreendidas arqueologicamente nos períodos posteriores à colonização europeia” (Souza; Buarque, 2019, p. 188). A experiência colonial não compôs um todo homogêneo no trato com os diversos grupos nativos, sobretudo pela profunda diferença de abordagem e convivência com franceses

e portugueses. Contudo, entendemos ser sólido o conhecimento das ocupações Tupinambá e de seus ancestrais no Rio de Janeiro e na Região dos Lagos. É uma materialidade conhecida em profundidade e identificada com facilidade (Buarque, 2009, 2010; Dias Jr., 1998; Dias Jr.; Panachuk, 2008; Lima, 2010; Prous, 2010; Schmitz, 1969).

Os remanescentes estudados nos sítios de contato com franceses (Serrano, Barba Couto, Bananeiras e Casa de Pedra Francesa, situados entre os municípios de Araruama e Cabo Frio) confirmam a pouca ou nenhuma intervenção/alteração na produção local tradicional, sobretudo na cerâmica (Cordeiro; Buarque; Táboas, 2019). Esse subgrupo conviveu, se aliou e negociou com franceses, e estes se adequaram ao modo de vida nativo (Abreu, 2010, p. 60; Cortesão, 1956, p. 289-291; Léry, 1980, p. 201; Sousa, 1987, p. 331; Staden, 1974, p. 93). Dito isso, inferimos que a decoração associada a um grupo exógeno foi produzida por aqueles que retornaram ao Rio de Janeiro depois de um período de íntima convivência/cooperação com as autoridades coloniais no Espírito Santo. Acreditamos que o exotismo da decoração pode ter sido provocado pelas transformações que o contato, em suas diferentes intensidades, produziu nesse grupo. A dificuldade de seu reconhecimento, para fins comparativos, é agravada pelo pequeno número de pesquisas em sítios remanescentes desse primeiro século que sucedeu a invasão, tal como exposto anteriormente.

Contudo, há dois paralelos possíveis, ambos atribuídos ao mesmo subgrupo. Um, representado pelos remanescentes da pesquisa do sítio Santa Casa de Misericórdia, de datação correlata (Barreto, 2019), anteriormente citado. Outro representado pelos sítios abordados por Trindade e Souza (2022), situados no entorno da bacia do rio Macacu, atual município de Itaboraí. Os últimos, embora datados do início do século XVII, estão em contextos semelhantes. É necessário lembrar que a guerra se estendeu entre o Rio de Janeiro e a região do Cabo Frio, pelo menos de 1565 a 1615, envolvendo os mesmos subgrupos nativos, e a mesma liderança fidalga. Nos sítios do Macacu, como alertado por Torres de Souza em comunicação pessoal, foram recuperados fragmentos com decoração bastante semelhante, no mínimo pela excepcionalidade dos motivos, como o que apresenta “sequências de X”, observadas na Figura 3 (Trindade; Souza, 2022, p. 320).

Figura 3. Fragmentos com decoração em X.

Legenda: À esquerda, proveniente do Vale do Macacu; à direita, proveniente do sítio Rosário 30.

Fonte: fotografias de Cleide Trindade e Jeanne Cordeiro, respectivamente.

Nessa região também são encontradas referências documentais à ocupação dos nativos Temiminó. Em 1578, o aldeamento de São Barnabé, em Itaboraí, foi criado para abrigar alguns dos principais líderes da Aldeia de São Lourenço, onde residia Arariboia após se retirar da rua Direita, em 1573. Arariboia não se incluiu nesse grupo (Leite, 1938, p. 432), e permaneceu

em São Lourenço. As demais lideranças migraram para a nova aldeia e estabeleceram uma rede de influência que lhes proporcionou ampla margem de atuação, sobretudo pelo prestígio de seu antecessor (Almeida, 2006, p. 19-20). Os postos de autoridade e a obtenção de honrarias tiveram, a pedido, continuidade familiar (Raminelli, 2018, p. 224).

Igualmente, diversos fidalgos residentes no entorno dos sítios analisados tinham terras naquela região, desde 1578 (Belchior, 1965, p. 481): Cristóvão de Barros, capitão-mor do Rio de Janeiro⁹, Fernão Baldez¹⁰ ou Valdés, e Aires Fernandes Vitória. Os três eram ligados aos Temiminó, fosse pela vizinhança na rua Direita ou nas terras do Macacu, ou por lutarem juntos a mesma guerra.

Por fim, uma peça proveniente do sítio Hospício 1A, apresentada na Figura 4, exibe uma estética profundamente alterada: uma tigela que mantém todos os atributos tecnológicos característicos da cerâmica Tupinambá. Aberta, com 15,0 centímetros de circunferência de borda e 15,0 centímetros de profundidade, queima completa, lábio arredondado, borda direta, face externa escovada e decoração interna pintada que mantém um remanescente de banda vermelha. Ao que parece, foi inspirada em motivos semelhantes aos da faiança portuguesa azul e branca, com semicírculos concêntricos. Seria a adoção de padrões decorativos europeizados uma demonstração de prestígio e distinção social de quem a utilizava ou de quem a produziu? Seria ela resultado da captura de alteridade, da predação simbólica, proposta por Ribeiro e Jácome (2014, p. 465-486)? Segundo Viveiros de Castro (2002, p. 223), “a cultura estrangeira foi muitas vezes visada em seu todo como um valor a ser apropriado e domesticado, como um signo a ser assumido e praticado enquanto tal”. Como citado por Navarro (Cartas [...], 1988, p. 367-368), “ganham sua vida ao modo dos brancos, que é cousa muito pera estimar nestes que tão pouca habilidade têm”. Ou seria essa uma peça produzida por nativos para ser utilizada por europeus? É possível, na medida em que havia um mercado a ser abastecido, inclusive por vasilhas, na vila recém-fundada na qual os europeus eram dependentes dos nativos em quase tudo, nesses primeiros anos da cidade.

Figura 4. Tigela com decoração pintada inspirada em motivos europeus.

Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

⁹ Disponível em: <https://mauricioabreu.com.br/escritura?id=1336>. Acesso em: 28 out. 2015.

¹⁰ Disponível em: <https://mauricioabreu.com.br/escritura?id=1375>. Acesso em: 28 out. 2015.

UMA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL

Consideramos que a cerâmica encontrada na área de estudo e apresentada como tendo sido produzida por subgrupos locais se manteve inalterada nos primeiros tempos da colonização, como aquela observada nos sítios estudados por Buarque (2009), na Região dos Lagos, dentro da mesma faixa cronológica. Já no caso do subgrupo exógeno, associado às autoridades coloniais, ela se apresenta, ao contrário, bastante alterada nas faces pictóricas.

As diferenças observadas nas cerâmicas recuperadas parecem corresponder ao grau de intervenção decorrente dos contatos intersociais em suas diversas formas e intensidades, fossem elas menos interventivas, como no caso da convivência com franceses, fossem mais reguladas pela proximidade das autoridades portuguesas. Neste último caso, as alterações foram consideráveis, mas limitadas aos grafismos, expressando nas faces pictóricas mensagens claras de mudança, e de uma adequação que avançou silenciosa na direção de um modo de vida inserido na sociedade colonial.

O alcance e a continuidade da absorção de elementos culturais e de empoderamento foram uma via para as transformações superlativas do subgrupo Tupinambá mais próximo da influência das autoridades coloniais. Por outro lado, se é correto o raciocínio desenvolvido, a presença de ambos os conjuntos em um mesmo espaço habitacional é produto da dominação explícita de um subgrupo nativo sobre outro, e ambos sob o domínio europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010. v. 2.
- ALEXANDER, Rany T. Afterword: toward an archaeological theory of culture contact. In: CUSICK, James (ed.). *Studies in culture contact*. Carbondale (Illinois/EUA): Southern Illinois University, 1998. p. 476–495.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagens étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia. In: VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Giorgina Silva dos e SANTOS, Guilherme Pereira dos (orgs.) *Retratos do Império – trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do império português*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- ANCHIETA, José de. *De gestis mendi de saa*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1997.
- BARRETO, Regiane. *Relatório Final do Projeto de Acompanhamento Arqueológico da Demolição do Prédio, sito à Rua Santa Luzia, conhecido como Pavilhão Paulo Cesar e do Posto de Gasolina, a ele contíguo, à Av. Presidente Antônio Carlos, localizados no município do Rio de Janeiro RJ*. Rio de Janeiro: Urbanacon, 2019.
- BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; KNEIP, Lina Maria. Arqueologia dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara: linhas de pesquisa. *Pesquisas: Antropologia*, v. 20, p.93-100, 1969.

- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. Os Tupinambás no Rio de Janeiro (1.200 anos de ocupação). In: CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 7. *Anais* [...]. Brasília, DF: Editora Gráfica Alvorada, 1972, p. 3-6
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. *Pré-história do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: musAbsurda, 2014.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. *Pré-história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- BUARQUE, Angela. Estruturas funerárias das aldeias Tupinambá da região de Araruama, RJ. In: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade (ed.). *Os ceramistas tupiguarani*. Belo Horizonte: Iphan, 2010, v. 3, p. 149-172.
- BUARQUE, Angela Maria Gonçalves. *Étude de l'occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro, Brésil*. Tese (Doutorado em Pré-História, Etnologia e Antropologia) – Institut d'Art et Archéologie, Université Paris 1, Paris, 2009.
- CARTAS avulsas, 1550-1568. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. v. 2.
- CHMYZ, Igor (ed.). Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, v. 1, n. 1, p.119-148, 1976.
- CHMYZ, Igor. Modelagens cerâmicas em sítios tupiguarani do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. In: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade (ed.). *Os ceramistas tupiguarani*. Belo Horizonte: Iphan, 2010, v. 2, p. 89-112.
- CORDEIRO, Jeanne; BUARQUE, Angela; TÁBOAS, Alice. O sítio Serrano: franceses e Tupinambá desconheciam o testamento de Adão II. *Revista de Arqueologia*, v. 32, n. 2, p. 225-238, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v32i2.722>.
- CORDEIRO, Jeanne. *Retour à "Lescalle de Trafic": rastros franceses no Cabo Frio*. 2025. No prelo.
- CORRÊA, Ângelo Alves. *Pindorama de Mboia e Íakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações tupi*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae lusitana monumenta historica*. Lisboa (Portugal): Real Gabinete Português de Leitura, 1956. v. 1.
- DANTAS, Vladimir José; LIMA, Tania Andrade. *Pausa para um banquete: análise de marcas de uso em vasilhames cerâmicos pré-históricos do sítio Justino*. Canindé de São Francisco: Museu de Arqueologia de Xingó, 2006.
- DIAS JR., Ondemar. Arqueologia de contato no Rio de Janeiro. *Revista de Arqueologia*, n. 7, p. 125-132, 1993. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v7i1.98>.
- DIAS JR., Ondemar. A cerâmica Neo-Brasileira. Rio de Janeiro: IAB, Textos Avulsos, nº 1. Rio de Janeiro: IAB, 1988.
- DIAS JR., Ondemar. Cerâmica cabocla do Vale do Elefante. Rio de Janeiro: IAB, *Boletim do IAB*, n. 3, 1964.
- DIAS JR., Ondemar. Notas prévias sobre pesquisas arqueológicas nos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n. 6, p. 89-101, 1967.
- DIAS JR., Ondemar. O índio no recôncavo da Guanabara. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 399, p. 399-630, 1998.

- DIAS JR., Ondemar; PANACHUK, Lílian. Características da tradição tupiguarani no sudeste do Brasil. In: PROUS, André; LIMA, Tânia Andrade (ed.). *Os ceramistas tupiguarani*. Belo Horizonte: Iphan, 2008. v. 1, p. 91-116.
- DICKASON, Olive Patricia. Thevet and Belleforest: two sixteenth-century frenchmen and New World colonialism. In: GALLOWAY, Patricia (ed.). *Proceedings of the Sixteenth Meeting of the French Colonial Historical Society Mackinac Island May 1990*. Boston (Massachusetts/EUA): University Press of America, 1990. p. 1-11.
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 381-396.
- FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às Independências: séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- JORDAN, Kurt. Colonies, colonialism, and cultural entanglement: the archaeology of postcolumbian intercultural relations. In: MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, David (ed.). *International handbook of historical archaeology*. New York (Nova York/EUA): Springer Science, 2009. p. 31-49.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. t. 1.
- LEITE, Serafim. *Monumenta brasiliae IV (1563-1568)*. Roma (Itália): Monumenta Historica Societatis Iesu, 1960.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222011000100002>.
- LIMA, Tania Andrade. No asfalto: arqueologia histórica urbana no Brasil. In: SYMANSKI, Luiz Claudio; SOUZA, Marcos André Torres. *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 115-168.
- LIMA, Tania Andrade. Os ceramistas Tupiguarani, esses desconhecidos. In: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade (ed.). *Os ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte: Iphan, 2010. v. 3, p. 173-205.
- LIMA, Tania Andrade. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 2, p. 7-23, 2002. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2002.2.23799>.
- NEME, Salete. *A mão-de-obra indígena do Rio de Janeiro: século XVI*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- NOELLI, Francisco; SALLUM, Marianne. A cerâmica paulista: cinco séculos de persistência de práticas tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil. *Mana*, v. 25, n. 3. p. 701-742, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n3p701>.
- PEIXOTO, Sílvia Alves; NOELLI, Francisco; SALLUM, Marianne. De São Vicente a Jacarepaguá: uma genealogia das mulheres tupiniquins e a itinerância da cerâmica Paulista. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 335-364, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.22633>.

- PROUS, André. A pintura na cerâmica Tupiguarani. In: PROUS, André; LIMA, Tânia Andrade (ed.). *Os ceramistas tupiguarani*. Belo Horizonte: Iphan, 2010. v. 2, p. 113-216.
- RAMINELLI, Ronald. Nobreza e principais da terra: América portuguesa, séculos XVII e XVIII. *Topoi*, v. 19, n. 38, p. 217-240, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X01903809>.
- RIBEIRO, Loredana; JÁCOME, Camila. Tupi ou não Tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 9, n. 2, p. 465-486, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-81222014000200012>.
- RICE, Prudence M. *Pottery analysis: a sourcebook*. Chicago (Illinois/EUA): The University of Chicago Press, 1987.
- SALLES CUNHA, Ernesto de Mello. *Sambaquis e outras jazidas arqueológicas*. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1963.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio. Introdução. *Anais do Terceiro Simpósio de Arqueologia da área do Prata*. São Leopoldo: IAP. Pesquisas, Antropologia, n. 20, p. 1-4, 1969.
- SIMÕES, Ane Elisabeth. *História esquecida do Rio de Janeiro: as gentes e a paisagens no processo de ocupação da Cidade Velha e do Morro Cara de Cão*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- SIMÕES, Mário F. Índice das fases arqueológicas brasileiras: 1950-1971. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n. 18, p. 20-60, 1972.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- SOUZA, Marcos André Torres de; BUARQUE, Angela. Olhando para o passado pensando o futuro: as pesquisas arqueológicas na Ilha do Governador Rio de Janeiro. *Revista de Arqueologia*, v. 32, n. 2, p. 178-196, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v32i2.719>.
- SOUZA, Pero Lopes de. *Diário de navegação de Pero Lopes de Souza, 1530-1532*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinguer, 1927.
- STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- STEIN, Gil J. The comparative archaeology of colonial encounters. In: STEIN, Gil J. *The archaeology of colonial encounters: comparative perspectives*. Santa Fé (Novo México/EUA): School of American Research Press, 2005. p. 3-31.
- TRINDADE, Cleyde Coelho; SOUZA, Marcos André Torres de. A cerâmica do período colonial do Vale do Macacu, Rio de Janeiro: uma perspectiva diacrônica. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 19, n. 37, p. 301-325, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.22650>.
- UCHÔA, Dorath Pinto; SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro; GARCIA, Caio del Rio. O sítio cerâmico do Itaguá: um sítio de contacto no litoral do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 2, n. 2, p. 51-60, 1984. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v2i2.43>.
- VIDAL, Laurent. La présence française dans le Brésil colonial au XVI^e siècle. *Cahier des Amériques Latines*, n. 34. p. 17-38, 2000. DOI: <https://doi.org/10.4000/cal.6486>.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.